

Marcha a Brasília

em defesa dos direitos dos trabalhadores e contra a política de governo

O funcionalismo público de todo o país volta às ruas, no dia 24 de abril (Marcha a Brasília), para defender os direitos dos trabalhadores e demonstrar, mais uma vez, a insatisfação contra a política econômica do governo federal.

A manifestação faz parte do calendário de lutas do Fórum de Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (SPFs), que levanta diversas bandeiras: a anulação da reforma previdenciária de 2003; o fim do fator previdenciário; o direito de negociação, entre outros pontos (veja a plataforma completa no Box abaixo).

A Asfoc está participando da organização de caravanas nos Estados, pois entende que é muito importante a participação de todos na retomada da mobilização dos trabalhadores este ano. Os interessados devem se inscrever na Secretaria da Asfoc até o dia 17 de abril, trazendo um documento de identificação.

A Campanha Unificada dos SPFs 2013 foi lançada oficialmente em fevereiro, em ato simbólico em frente ao Ministério do Planejamento. Durante a manifestação houve a tentativa de audiência com a ministra Miriam Belchior. Porém, assim como no início da campanha do ano passado, o governo voltou a demonstrar intransigência e desrespeito e não recebeu os representantes dos sindicatos e das centrais sindicais.

Aperfeiçoamento do Plano de Cargos e Carreiras

A Asfoc intensificou as atividades do Grupo de Trabalho interno que desenvolve estudos técnicos para subsidiar as discussões com o governo sobre o aperfeiçoamento do Plano de Cargos e Carreiras da Fiocruz. No dia 20 de março, em reunião com a Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) do Ministério do Planejamento e a Diretoria de Recursos Humanos (Direh), a direção do Sindicato teve a primeira oportunidade para apresentar sua análise sobre o assunto. Veja o estudo completo no site da Asfoc (www.asfoc.fiocruz.br)

O Sindicato também reiterou os seguintes princípios, aprovados na última Assembleia Geral (27/02), como orientação para a construção de uma proposta: vencimento básico forte; defesa da paridade e da integralidade como forma de reconhecer o valor do servidor inativo com incorporação do valor integral das gratificações; linearidade entre as remunerações e valorização das carreiras de Nível Intermediário (NI) e Nível Superior (NS) de forma equânime; e valorização do componente de qualificação da estrutura remuneratória.

Na próxima reunião, marcada para o dia 7 de maio, será a vez do governo apresentar seus estudos. Até lá, a Asfoc continuará debatendo com os trabalhadores, nas Assembleias por Unidade, o aperfeiçoamento do Plano. As análises, os consensos e as divergências sempre serão levados para discussão com a Comunidade.

Bandeiras de lutas do Movimento Unificado

- Contra o Acordo Coletivo Especial (ACE) e a precarização do trabalho;
- Fim do fator previdenciário; anulação da reforma da previdência 2003 e defesa da aposentadoria e da previdência pública;
- Reforma agrária já; respeito aos direitos dos assalariados rurais e apoio à luta dos trabalhadores do campo contra o latifúndio e o agronegócio;
- Em defesa do direito à moradia digna! Chega de violência contra negros e pobres;
- Defesa dos servidores públicos;
- Suspensão do pagamento da dívida externa e interna;
- Contra a criminalização da luta e dos movimentos sociais;
- Contra toda forma de opressão e discriminação;
- Aumento geral dos salários;
- Defesa da educação e da saúde públicas;
- Respeito aos povos indígenas e quilombolas;
- Contra as privatizações e defesa do patrimônio e dos recursos naturais do Brasil;
- Direito de negociação e contratação coletiva e pleno direito de greve para os servidores;
- Pagamento imediato do piso nacional dos professores;
 - Revogação da lei que criou a EBSERH.

